



ID: 100196102

15-07-2022 | Quem é Quem na Contabilidade





Por João Barros

Entrevista

Paula Franco, bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados

“Criou-se um ‘complicómetro’ e uma burocracia que tem de ser tratada e simplificada”

Depois da pandemia, perfilam-se novos desafios, para os contabilistas certificados e para a economia, da captação e retenção e talento à digitalização do sector, mas também de resposta à crise. A aposta tem de ser feita nas empresas e no aproveitamento da oportunidade que é o PRR, com menos peso do Estado.

Em primeiro lugar, como classifica este último ano na área de contabilidade, especialmente considerando o contexto de pandemia que estamos finalmente a sair?

Estes últimos dois anos, já três com este em que estamos a viver, foram atípicos para todos nós. Sem dúvida que fomos confrontados com uma realidade que nunca imaginámos. E as empresas foram completamente afetadas, muitas delas tiveram que fechar portas e deixaram de faturar. Para os contabilistas certificados, isto tem uma consequência enorme, porque a vida dos contabilistas é a vida das empresas e tiveram que satisfazer um bocadinho dificuldades e necessidades diferentes. Foi esse o grande trabalho que os contabilistas certificados fizeram nos últimos dois anos, principalmente nos anos com maior impacto da pandemia e com o encerramento das atividades, em que tiveram de ajudar as empresas a sobreviver e aproveitar todos os apoios que existiam do Estado. Houve muitas dificuldades: quando se legisla não se pensa em todas as situações e os contabilistas certificados reinventaram-se para ajudar a economia, para ajudar as empresas. Acho que resultou muito bem. Como costume dizer, “onde tudo podia correr mal, muita coisa correu bem”. As empresas sobreviveram

melhor do que era expectável, graças também muito à ajuda dos contabilistas certificados, graças aos apoios do Estado, mas a sua aplicação nas empresas dependeu muito dos contabilistas certificados e, portanto, hoje, passado esse tempo, acho que estamos todos a olhar para o passado com certo orgulho, em que, num momento tão difícil, conseguimos estar presentes e arranjar soluções para tudo aquilo que nos aparecia. Sem dúvida que os contabilistas certificados se caracterizaram por isso, são uma peça fundamental na economia, mas acho que grande parte da sociedade só se apercebeu porque, de facto, são os profissionais que têm os conhecimentos, que agarram as coisas e que as fazem muito antes de haver interpretações e de haver clarificação sobre algo; as empresas não podem esperar, porque o dinheiro tem que chegar às empresas e, portanto, é um bocadinho “deitar a mão quando é necessário”.

Foi isso que se fez durante dois anos.

Parece-lhe que a imagem dos contabilistas saiu reforçada deste contexto?

Tenho a certeza de que sim. Só espero que não se esqueçam, num futuro próximo, de que são profissionais com as competências e capacidades para estarem ao lado das empresas. Esse é o grande papel

que os contabilistas têm que ter, ser cada vez mais parceiro das empresas. Para isso precisam de ter tempo, [o que] já é uma questão dos próprios contabilistas: ter menos clientes e melhores avenças para acompanhar melhor as empresas.

Havia alguma expectativa relativamente à nova versão do Orçamento do Estado (OE), apesar das novidades acabarem por ser poucas. Que avaliação é que faz das medidas aprovadas com a nova proposta?

Acho que era expectável, até pelos timings com que nos deparámos, que não fosse um grande orçamento. É um orçamento para seis meses, que também está na expectativa. Quando se fez o último orçamento – que, no fundo, é igual a este –, ainda em outubro do ano passado, havia a expectativa de uma retoma enorme, que a pandemia desse trégua, que a economia mostrasse sinais de que se reinventou e que esses sinais viessem muito reforçados no pós-pandemia e com a retoma tão necessária que estava à vista. Infelizmente, deparámo-nos novamente com novas realidades e constrangimentos.

Um dos principais tem sido a inflação...

Antes da guerra já era expectável uma grande inflação, que também era necessá-



ria, tantos anos que tivemos estagnados; esta foi impulsionada pela subida dos preços da energia – tanto do gás, como dos combustíveis –, portanto gerou logo um impacto enorme a nível geral. Já estávamos a lidar, no final do ano passado, com falta de mão-de-obra, e isso intensificou-se com a guerra. A inflação, como sabemos, pode ter aspetos positivos e negativos – necessários, às vezes, numa economia, mas não deixa de trazer situações de perda de poder de compra nas pessoas e, conseqüentemente, criar necessidades de ajustamentos que acabam por ser também eles próprios fatores de subida da inflação.

Refere-se a uma possível espiral de inflação e subidas salariais?

Por exemplo. Sem dúvida que estamos numa altura em que o aumento dos salários acaba por ser necessário. Senão, não temos mão-de-dobra, não retemos talento. Ao mesmo tempo, também vai despoletar ainda um aumento maior da inflação, portanto estamos num ano que nos vai trazer muitos desafios, mas em que ainda não podemos analisar completamente o seu impacto. Este OE, que ainda nem está em vigor, já quase não se pensa nele, já se está a trabalhar no OE2023. A verdade é que este ano vai ser de cautela, de avaliação do que está a acontecer, para preparar o ano de 2023. Acho que Portugal pode ter algumas vantagens sobre outros países, nomeadamente com algum crescimento económico, mas as conseqüências são imprevisíveis, com todas as conjunturas que existem, causa muita incerteza e conseqüências negativas. Embora saibamos que a inflação é um facto, a necessidade de trabalhadores e de reter talentos também, portanto claramente vai ter que haver aumentos de salários. Se não for assim, muitas empresas e atividades estruturais, como o turismo, arriscam-se a ficar sem mão-de-obra e sem poder crescer. Estamos numa conjuntura bastante diferente daquela que estávamos à espera este ano.

Teria sido desejável uma atualização dos escalões do IRS com a subida da inflação ou concorda com a visão do Governo de que, com o desdobramento de escalões, não faz sentido atualizar?

Estamos numa situação em que ainda existem muitos reembolsos de IRS, o que significa que as retenções na fonte podem estar mais elevadas do que seria expectável ou então haver mais deduções. O que aconteceu foi que houve um ajustamento dos escalões das retenções na fonte em função do aumento das pensões iniciais e, depois, com este OE e com o ajustamento

de escalões, o Governo entendeu que não ia ajustar novamente as retenções na fonte. Acho, sinceramente, que podia ter mexido, se bem que essas mexidas iam ajudar um bocadinho – não iam fazer face à inflação, mas podiam ajudar ligeiramente e seria um sinal de que os portugueses iam ter mais rendimento disponível. O que se verifica, na maior parte das situações, é que as retenções são superiores, efetivamente, àquilo que o contribuinte tem a pagar ou a receber nas contas finais com o Estado, por isso há mais reembolsos. Admito que não seja uma leitura tão linear, porque, de facto, o que se mexeu na entrada de no-





Entrevista

vos escalões não é tão significativo assim. Aliás, a Ordem fez essa avaliação e disse logo isso, que eram situações muito ténues e o facto de não se mexer nas tabelas de retenções veio comprovar isso.

Outra medida consagrada foi a eliminação do PEC, algo pedido há algum tempo. Que reacção tiveram os empresários?

Os empresários já não sentiam muito o PEC, porque já há uns anos que em determinadas circunstâncias se suspendia, quando tinham as declarações entregues dentro do prazo. Acho que é uma medida



Faria um choque com uma descida considerável do IRC. [...] Falamos em teoria, mas a minha expectativa é que a receita iria aumentar

mais positiva para os contabilistas certificados do que para as empresas, porque acabava por ser quase uma 'nuvem negra' sempre a preocupar. Se alguma coisa falhasse, tinha de se fazer o PEC, com as consequências que isso tinha. É um alívio, porque as consequências do não pagamento do PEC são muito elevadas. Muitas vezes, mesmo em circunstâncias em que não ficavam dispensados, os empresários não conseguiam fazer os pagamentos. Se fosse como o pagamento por conta, com as contas no final e as empresas recuperavam ou pagavam o diferencial, era mais justo. A partir do momento em que empresas com prejuízo tinham sempre de pagar aquele valor mínimo, tornou-se quase um imposto obrigatório. Isso criou muitos sentimentos negativos. Teve, na altura em que foi criado, fins e necessidades, mas estava previsto para um curto período de tempo e acabou por se prolongar por anos. Agora houve finalmente coragem política para o terminar e acho que foi uma boa opção.

Tem defendido um choque fiscal para reforçar os salários e a saúde financeira das empresas. Olhando para o esperado aumento de receita fiscal, de que forma se poderia materializar?

Claramente, o que toda a gente espera e gostaria era de uma grande descida do IRS. Sem dúvida que o rendimento do trabalho é muito sacrificado, especialmente na classe média, mas todos temos consciência de que Portugal ainda não está em condições para o fazer, não tem condições financeiras nem equilíbrio do défice. O que acho que se deveria fazer é um impacto no IRC das empresas. O IRC não tem um impacto tão grande no OE do ponto de vista da receita, pelo que seria mais fácil começar por aí, gerando maior rendimento nas empresas, atraindo investimento e gerando maior disponibilidade das empresas para poderem aumentar e tornarem-se mais produtivas do ponto de vista do incentivo que o Estado dá às empresas com essa diminuição do IRC. Faria um choque com uma





descida considerável, até tudo aquilo que se pudesse ao nível da UE, e aproveitaria essa onda para verificar se nos dois anos seguintes havia uma recuperação do IRC, porque só na altura se pode ver. Falamos em teoria, mas a minha expectativa é que o IRC iria aumentar e não diminuir. Seguindo esse caminho e criando condições para que as empresas crescessem e houvesse mais investimento em Portugal, depois já poderia haver o choque seguinte, a diminuição do IRS, que é o que hoje em dia pesa mais. Portugal tem impostos muito elevados, quase comparáveis com os países nórdicos e isso deixa sempre um constrangimento negativo. Os jovens não reagem muito bem a estes impostos, até porque têm oportunidade de, num mundo global, procurarem novas oportunidades e sentem

que Portugal tributa muito, principalmente no início e numa fasquia de salário ainda baixa, mas que já é considerado um salário de classe média e tem uma tributação muito elevada. O Governo tem trazido algumas medidas para os jovens retornarem e para os manter cá, com reduções de taxa, mas ainda são aquém daquilo que seria desejável. Estamos a passar por uma falta de mão-de-obra transversal, não é só para áreas sem curso superior. Também nos cursos superiores há uma saída enorme de jovens e isso tem de levar a repensar o que Portugal quer para o futuro.

O OE do próximo ano já tem dominado algumas atenções. Que outras medidas gostaria de ver na proposta para 2023?

Claramente, tem de se pensar, e agora que o primeiro-ministro já fala um bocadinho da necessidade de aumentar salários, em medidas de incentivo ao aumento de salários. As empresas precisam desse empurrão, porque precisam de reter e estão elas próprias a sentir falta de profissionais qualificados e não-qualificados. Ambas as áreas estão com muita falta de pessoas. Acho que um incentivo teria várias consequências positivas, como o aumento do IRS e das receitas contributivas, e as empresas precisam. Uma descida da taxa de IRC e um incentivo fiscal para o aumento de salários seriam muito importantes para se repensar no próximo ano.

Numa análise mais estrutural da economia nacional, quais lhe parecem



Entrevista

ser as fragilidades para alcançar um crescimento mais forte e sustentável?

Tem de se apostar mais nas empresas, elas é que criam riqueza. Portugal tem um Estado social muito grande, com muitos funcionários públicos, de quem depende uma máquina enorme a que todos acabamos por estar ligados de forma burocrática. Uma das preocupações para o futuro é a falta de funcionários públicos qualificados; muitos estão a reformar-se ou em idade de reforma e vamos sentir isso em áreas estruturantes e importantes. Já se houve falar dos médicos, dos funcionários dos impostos, onde há um grande número quase a chegar à idade da reforma. Isto vai fazer com que quem tinha o conhecimento vá sair destas áreas nevrálgicas da própria função pública, é extremamente grave. Os jovens também têm os mesmos problemas nas empresas privadas, a retenção de talentos sem haver melhores salários. Isto vai ser um problema que vamos todos sofrer, a dependência ainda é muito grande para se libertarem recursos, por isso, tem de se fazer uma grande reestruturação ao nível da função pública para não ter de se disponibilizar tantos recursos, o que será bom a nível dos custos do Estado e das necessidades de receita, mas é um processo que tem de ser feito com muita consistência. Tem de se começar a pensar como substituir todos aqueles que se vão reformar brevemente.

E no privado?

Os investimentos que as empresas portuguesas têm de fazer. Têm de ganhar escala, qualidade ou as duas para poderem ter um arranque e ser competitivas com as empresas estrangeiras. As empresas portuguesas são pouco sustentáveis, embora tenham mostrado durante a pandemia uma resiliência enorme. Têm de crescer, ser mais profissionais, ter mais qualidade para poderem competir com as empresas estrangeiras, porque hoje em dia a competição é num mundo global. É extremamente importante que as empre-

sas tenham incentivos. Já que existe um PRR [Programa de Recuperação e Resiliência] e PT2030, que estes apostem na qualidade e crescimento das empresas. Apostar na escala ou na qualidade para se diferenciarem, e aí temos muito a dizer e pontos a marcar na Europa e no mundo – temos produtos com muita qualidade, mas precisamos dessas questões muito importantes.

Que papel podem ter os contabilistas no processo de escala das empresas portuguesas?

Os contabilistas certificados têm o papel que quiserem ter neste processo, mas sem dúvida que será sempre muito importante. O contabilista certificado, ao posicionar-se junto da empresa, disponibilizar informação atempada e estar ao lado da tomada de decisões certamente levará a uma decisão mais ponderada, com base em dados financeiros. Consequentemente, a empresa terá mais sustentabilidade de futuro. Mas tem de haver também uma mudança de mentalidades: tanto do empresário ao olhar para o contabilista certificado, como do contabilista certificado naquilo que tem como papel fundamental na economia. O contabilista certificado é um consultor, é quem tem

o know-how para aconselhar e acompanhar o empresário, mas para isso tem de ter tempo, não pode só ficar fechado no escritório a dedicar-se só às suas tarefas, tem de estar mais disponível para acompanhar a tomada de decisões e o negócio. É aqui que os empresários devem apostar também, quando falo em qualidade: os empresários devem apostar na qualidade dos serviços a que recorrem e no que os pode ajudar. Não só no contabilista, mas é um bom exemplo; também nos apoios informáticos, de marketing, senão depois falha todo o negócio à volta disso. As empresas portuguesas têm muitas vezes dificuldade em contratar qualidade pelos custos, olham mais aos custos. Uma das mudanças que tem de haver é essa e nos contabilistas certificados nota-se muito isso. Uma empresa, mesmo microempresa, para ser sustentável tem de dar mais valor aos prestadores de serviço que a acompanham, nomeadamente ao contabilista certificado. Este tem de gerir o seu tempo de forma a conseguir ter menos clientes e melhores avenças, para poder acompanhar mais os seus clientes e trazer essa mais-valia às empresas e à economia, que é tão necessária.

Um estudo recente indica que mais de metade dos profissionais, 57%, afirmam não ter tempo suficiente para apoiar as empresas na tesouraria e uma percentagem assinalável aponta a baixa digitalização do sector como uma das principais causas. Concorda com esta visão?

Concordo, em parte. Acho que na questão da digitalização, e viu-se muito nestes últimos dois anos, há muitas empresas de contabilistas certificados a precisarem de fazer este upgrade, simplificarem procedimentos e utilizarem mecanismos e ferramentas informáticas. Quanto ao tempo disponível, isto requer uma mudança total na forma de estarmos na sociedade e os contabilistas têm de encarar isso como uma nova realidade. O Estado, de forma geral, cada vez pede mais informação às

“

O Estado cada vez pede mais informação às empresas. Criou-se um 'complicómetro' e uma burocracia que tem de ser simplificada



empresas. Criou-se um 'complicómetro' e uma burocracia que tem de ser tratada e simplificada. As empresas não têm capacidade para responder a tudo aquilo que o Estado quer em termos de informação, dados estatísticos, enfim, uma enormidade de informação que nem sei se terá a utilidade necessária ou o resultado que se pretende. Tem de se fazer uma reflexão profunda. O contabilista também tem menos tempo e, se calhar, conseguia-se arranjar um equilíbrio entre mais tempo e avenças mais equilibradas para empresas de pequena dimensão se diminuíssem muito as obrigações do Estado. Muitos pedem informação, muita dela repetida, que ninguém avalia se já existe. É uma lacuna enorme que tira produtividade às empresas, consome tempo sem mais-valia nenhuma e tem de ser bem analisado. A solução estaria em diminuir uma série de obrigações excessivas face à dimensão das empresas portuguesas.

É, portanto, um problema que não reside só na relação contabilista-empresa...

Sem dúvida, o Estado mexe na nossa vida todos os dias, influencia, manda... é esta questão que temos de começar a separar, menos intervenção do Estado nas empresas e menos pedidos de informação para que todos possamos fazer o nosso trabalho bem e dedicar-nos ao nosso know-how.

Parece-lhe que o PRR pode ter um impacto significativo na digitalização do sector, sobretudo no reporte de informação financeira mais expedito?

Para já, não vejo nada que ajude ou simplifique a vida dos contabilistas certificados em nenhum dos planos. Há muita coisa para empreendedorismo, inovação, mas não propriamente para estas questões tão importantes como a desmaterialização, digitalização, no que diz respeito ao contabilista certificado. Esperemos que sim, mas até agora não existe nada em concreto. O que sabemos que existe e

espero que tenha resultado é muito investimento previsto nos próprios serviços do Estado, em que, não concordando à partida que uma percentagem tão grande vá para tal (até porque acho que será difícil a sua execução), se a opção foi essa, ao menos que nos sirva a todos e se veja um descomplicar de tudo isto que falamos e que hoje em dia é um entrave ao desenvolvimento da economia e a uma melhor relação entre contabilista e empresas. Espero que possa vir a ter consequências positivas com esses investimentos, na digitalização do próprio Estado e integração de processos que possam diminuir obrigações que existam.

Quais são as principais preocupações quanto à execução do PRR?

A falta de mão-de-obra e de serviços em Portugal vai levar a muitos condicionamentos no desenvolvimento dos próprios planos de recuperação. Muitos assentam em entidades públicas, no caso das obras públicas, e não sei como vão fazer executadas, atendendo à falta de empresas de construção e da disponibilidade que existe. É uma preocupação que deve existir. Por exemplo, uma das coisas em que assenta muito o PRR são questões informáticas, de desenvolvimento de sistemas, e há muita falta de profissionais nessa área. Preocupa-me não só a execução propriamente dita e a concretização, mas também a falta de meios para o fazer. Toda a conjuntura não está a ser favorável para se conseguir executar os planos. Já era difícil e um desafio enorme, mas com esta falta de talento, especialmente nas áreas em que o Estado está a apostar tanto, acho que vamos ter um problema muito grande em termos de execução do PRR e talvez até do PT2030, apesar de ser num período de tempo maior.

Quais são as suas perspetivas em relação à adoção de novas tecnologias e ferramentas na área num futuro próximo?

Há três anos para cá que os contabilistas

evoluíram muito em procedimentos. Por acaso, apanhou a pandemia e foi muito positivo, porque já tínhamos muitos métodos de integração e interação com softwares que permitiam que se simplificasse procedimentos. Acrescentou-se a isso uma enorme evolução, a digitalização de documentos físicos e a possibilidade de, pela primeira vez em Portugal a partir de 2020, termos documentos digitalizados de suporte à contabilidade. Isto foi uma evolução enorme: andamos há tanto tempo a querer que Portugal evolua, que consiga alcançar muitas questões relacionadas com o ambiente, e todo o suporte da contabilidade não permitia que fosse feito de forma digital. Até 2020 era todo o papelinho guardado durante doze anos. Isto foi das maiores evoluções da profissão.

E o país parece-lhe preparado?

Nem todos conseguem ainda estar estru-



Entrevista

quer do ponto de vista das avenças com os clientes, senão qualquer dia não temos quem faça contabilidade.

E o principal desafio para os contabilistas nos próximos anos?

As métricas de sustentabilidade. As empresas estão a mudar, ou a ser forçadas a mudar, a informação que prestam. Hoje em dia, todos os que estamos no mercado avaliamos as empresas e distinguimos e optamos por um produto ou outro em função das suas preocupações a nível social, ambiental e de governança. O nosso congresso em setembro vai versar só sobre estas matérias da sustentabilidade, porque, embora isto, até agora, tenha sido um relato não-financeiro, os contabilistas certificados e auditores vão ter de passar a certificar e fiabilizar esta informação, que atualmente é dada pelos próprios órgãos de gestão e ninguém valida. Isto traz um grande desafio às empresas, que ainda estão a tentar ser sustentáveis do ponto de vista financeiro quando já têm de o ser do ponto de vista ambiental, social e de governance. Vai criar uma grande pressão no mercado, porque as empresas não vão poder fugir a isto: os spreads dos bancos vão ser diferentes para empresas com estas preocupações, muitos dos fundos do PT 2030 se calhar já terão esta diferenciação e os apoios irão para empresas com estas preocupações. Vai ser uma revolução em termos de mercado, as empresas vão começar a ter esta noção e trabalhar neste sentido. O contabilista vai ter o grande desafio de avaliar e fiabilizar esta informação e não é fácil. Ainda não há normas internacionais, está agora uma em discussão pública e que brevemente deve passar a existir. Vamos ver como os contabilistas vão responder a essa chamada. Não tenho dúvidas que os contabilistas vão mudar o mundo, isto é, vão ter nas mãos a capacidade de dar informação diferente e atestar se as empresas estão ou não a cumprir estes critérios. Isto vai definir o futuro da sociedade e do mundo e está nas mãos dos contabilistas.

turados para zero papel, mas acho que será uma questão de tempo e habituação às simplificações de processos que os próprios estabelecimentos já estão a adotar. Com as pessoas retidas em isolamento acabamos por recorrer todos um bocadinho a esses meios. O avanço da AT [Administração Tributária] em 2020, ao permitir o arquivo digital foi importantíssimo. Até foi feito antes da pandemia, foi uma coincidência, mas importantíssima. Se não tivesse acontecido, ainda hoje estaríamos numa situação muito complicada do ponto de vista do tratamento documental. A profissão deu um salto enorme, nem todos conseguiram acompanhar, mas forçosamente terão de o fazer porque é este o caminho do futuro. Agora, é preciso também que as entidades públicas acompanhem este caminho, porque muitas das inspeções feitas, por vezes também ainda da AT, pedem papel e con-

sulta de dados. Tem de haver um acompanhamento geral desta situação. Mais uma vez, o Estado a querer que se faça, mas a pôr pedras na engrenagem.

Quais serão as maiores dificuldades para o sector este ano?

Temos muita dificuldade em reter talento na contabilidade e hoje sentimos que temos muita falta de contabilistas certificados. As razões principais são ser uma atividade com muita responsabilidade, é uma profissão ainda vista de uma forma um pouco cinzenta, com tarefas muito repetitivas, o que, hoje em dia, já nem é bem verdade. Depois, a questão das remunerações: é a profissão das ciências económicas com menores remunerações e isso não é atrativo para os jovens. Tem de se mudar muito a mentalidade, quer do ponto de vista das remunerações no âmbito dos trabalhadores dependentes,

